



## TERMOPERNAMBUCO S.A.

CNPJ nº 03.795.050/0001-09 | CVM nº 01985-2 | Companhia Aberta

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

DESTAQUES (R\$ MM)	4T23	4T22	Δ %	2023	2022	Δ %
Margem Bruta	168	178	(6%)	670	1.080	(38%)
EBITDA	136	155	(12%)	588	1.013	(42%)
Resultado Financeiro	(9)	(17)	(47%)	(37)	(112)	(67%)
Lucro Líquido	102	102	-	432	683	(37%)

Indicadores Financeiros de Dívida <sup>1</sup>	2023	2022	Variação
Dívida Líquida <sup>2</sup> /EBITDA <sup>3</sup>	0,04	0,16	(0,11)

<sup>1</sup> Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de *covenants*.  
<sup>2</sup> Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.  
<sup>3</sup> EBITDA 12 meses.  
**Destaque Financeiro e Operacional:**  
 • Margem Bruta de R\$168 milhões no 4T23 (vs. R\$ 178 milhões em 4T22) e de R\$ 670 milhões em 2023 (-38% vs. 2022), em razão do pontual menor custo com compra de energia em 2022.  
 • EBITDA de R\$136 milhões no 4T23 (-12% vs. 4T22) e de R\$588 milhões em 2023, (-42% vs. 2022), reflexo da menor margem bruta.  
 • Termopernambuco gerou 85 GWh no 4T23, enquanto no ano anterior não houve geração, uma vez que a usina não foi despachada.

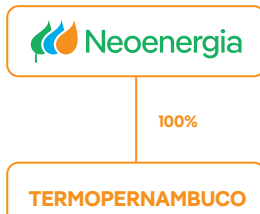
### MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prezados,  
 É com satisfação que anunciamos os resultados de 2023, mais um ano desafiador, onde a adaptação às mudanças foi fundamental para os excelentes resultados.  
 Importante ressaltar que no ano de 2023 conseguimos atingir nosso principal objetivo de acidente zero, confirmando nosso compromisso com a saúde e segurança como pilar fundamental da companhia.  
 O EBITDA de Termopernambuco no ano foi reduzido em 42% em relação a 2022, ano atípico em virtude dos efeitos positivos da condição de planta parada, enquanto o lucro líquido alcançou R\$ 432 milhões, 37% inferior ao verificado no ano anterior pelo mesmo motivo. Conseguimos implementar e testar as últimas atualizações do Sistema GT-Contriflex que aumentou a flexibilidade da planta com os pacotes Power Plus (aumento de potência), Fast Start (redução dos tempos de partida e parada) e Mínimo Técnico (redução da potência mínima das turbinas a gás, mantendo baixas emissões e aumentando a faixa operacional de despacho), fundamentais para o alcance dos requisitos do Contrato de Reserva de Capacidade - CRCAP, tornando a companhia uma usina com uma tecnologia mais avançada e adaptada às diferentes situações de operação.  
 Em 2023 a Termopernambuco alcançou 97,10% de disponibilidade acumulada, um novo recorde histórico, em linha com a melhoria contínua dos resultados dos últimos anos.  
 Além disso, é importante frisar que no ano 2023 a Termopernambuco manteve suas certificações nas normas ISO 9001, 14001 e 45001 (gestão dos sistemas de qualidade, meio ambiente e segurança, respectivamente), bem como na Norma ISO 37.001 - Sistema de Gestão Antissuborno.  
 Todas as conquistas apresentadas são um resumo dos resultados extraordinários da Termopernambuco, frutos do enorme empenho, dedicação, comprometimento e trabalho realizado nos últimos anos de todo o time e a visão da necessidade de adaptar a UTE para as atuais e futuras demandas do sistema elétrico brasileiro, entregando a confiabilidade e flexibilidade operativa necessária para atendimentos de nossos clientes. Com investimentos, muito esforço e planejamento de um time engajado nos resultados da empresa demonstramos, mais uma vez, o compromisso de criação de valor para nossos acionistas. Celebramos o final de um ano de conquistas.

**David Benavent del Prado**  
 Diretor-Presidente da Termopernambuco

### 1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGAMA SOCIETÁRIO

A Termopernambuco S.A. é uma companhia de capital aberto com 100% de participação da Neoenergia S.A., oriunda de responsabilidade definida no edital de privatização da Neoenergia Pernambuco, após o Grupo Neoenergia ter vencido o leilão em 2000. A usina termelétrica e a correspondente linha de transmissão estão localizadas no Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco e utiliza como combustível o gás natural. Em 15 de maio de 2004 foi iniciada a operação comercial da UTE Termopernambuco, conforme Despacho ANEEL nº 398 de 12.05.2004. Desde essa data, a UTE vem contribuindo para aumentar a confiabilidade e a segurança da operação, especialmente na região Nordeste, integrando sua capacidade instalada de 532,76 MW ao Sistema Interligado Nacional - SIN.  
 Em 28 de fevereiro de 2023, foi aprovada a operação de Cisão da Termopernambuco, que envolveu a totalidade da participação societária detida pela Termopernambuco na Itapebi Geração de Energia S.A.. Com a conclusão da operação, a Companhia deixou de ser acionista de Itapebi, apresentando a estrutura societária abaixo:



### 2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2023, as projeções para a economia vislumbravam um cenário de taxas de juros elevadas em virtude do panorama inflacionário e incertezas na frente fiscal.  
 Nesse cenário, o Relatório FOCUS do Banco Central de 30 de dezembro de 2022, projetou para 2023 um PIB (Produto Interno Bruto) praticamente flat em relação ao ano anterior, crescendo apenas 0,80%, e um IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,31%, com Taxa Selic ainda em alta, com expectativa de fechar 2023 em 12,25%.  
 A primeira metade do ano foi marcada por um cenário turbulento na economia global, com inflação elevada nas principais economias, o que levou os Bancos Centrais a elevarem ainda mais as taxas de juros como medida para conter a inflação.  
 No Brasil, o primeiro semestre foi caracterizado por um mercado de crédito restritivo, mas com surpresas positivas no PIB provenientes do agronegócio.  
 A partir do segundo semestre de 2023, pouco a pouco, os Bancos Centrais das principais economias começaram a sinalizar que o fim do aperto fiscal estava mais próximo, o que fez com que o Brasil, que iniciou seu aperto mais cedo, viu seu Banco Central dar início a redução dos juros com cortes consecutivos de 0,50 p.p. na Taxa Selic, que encerrou 2023 em 11,75%.  
 Já a inflação medida pelo IPCA encerrou 2023 com alta acumulada de 4,62%, dentro das bandas da meta de inflação e abaixo da registrada em 2022, de 5,79%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
 Em relação ao PIB, a economia encerrou 2023 com perspectiva de crescimento de 3,2%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as projeções de início de ano.  
 O índice Ibovespa encerrou 2023 com uma alta de 22,28%, crescimento este caracterizado pelo menor recuo do mercado, refletindo a melhoria do cenário macroeconômico a partir da segunda metade do ano, principalmente com as expectativas de queda nos juros nos Estados Unidos e maior otimismo com cenário fiscal brasileiro.  
 Quanto ao consumo de energia, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um aumento de 5,1% em relação a 2022, influenciado pelas altas temperaturas e baixo volume de chuvas no segundo semestre do ano nas diversas regiões do país.

### 3. AMBIENTE REGULATÓRIO

Sem destaques relevantes em 2023.

### 4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Termopernambuco trabalha com a tecnologia de ciclo combinado de modo a obter um melhor rendimento na sua produção e, em paralelo, minimizar o impacto no meio ambiente.  
 A usina é constituída por dois grupos geradores movidos a gás natural, acoplados a duas caldeiras de recuperação de calor, que produzem o vapor utilizado para mover o grupo gerador a vapor, além dos sistemas auxiliares. A condensação do vapor é realizada por meio de um circuito aberto de refrigeração com um sistema de captação e bombeamento de água do mar e sua posterior devolução por meio de um emissário de 800 m de extensão. Esse conjunto formado pelas três turbinas tem capacidade instalada de 532,76 MW médios.  
 A Termopernambuco é uma térmica inserida no PPT (Programa Prioritário de Térmicas), trazendo com isso a possibilidade de realização de contratos de compra de energia bilaterais. Nesse contexto a Termopernambuco possui PPAs com Neoenergia Coelba (65MW) e Neoenergia Pernambuco (390MW), com duração até 2024, que garantem a receita da usina. Em dezembro de 2021, a Termopernambuco sagrou-se vencedora do Leilão de Reserva de Capacidade, onde foi vendida toda sua capacidade disponível ao preço de potência R\$ 487,412,70/MW ano, com início do fornecimento em 1º de julho de 2026 e vigência de 15 anos (até 30 de junho de 2041).  
 Termopernambuco gerou 85 GWh no 4T23, para suprir o recente aumento de demanda do país em virtude das altas temperaturas, enquanto no 4T22 não houve geração de energia. No 4T23 foram registradas 6 dias de despacho e 86 dias de parada por estar fora da ordem do mérito, já no 4T22 a planta ficou 92 dias sem operar por não ter sido despachada.  
 A geração da planta totalizou 85 GWh em 2023, enquanto em 2022 não teve geração. Em 2023, Termopernambuco ficou parada por 358 dias por estar fora da ordem do mérito e foi despachada em 6 dias, enquanto em 2022 a planta não operou por 365 dias, sendo 245 dias por restrição de gás, 100 dias por não ter sido despachada e 20 dias para manutenção. Vale destacar que o resultado da Companhia segue preservado pelos seus contratos de venda e estrutura de custos.

Tipo de Usina	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Data da Concessão
Termelétrica - UTE	100,00%	PE	Suape - Ipojuca	532,76	504,1	18/12/2000 18/12/2030

### 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

DRE (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação R\$	%	2023	2022	Variação R\$	%
Receita Líquida	420	414	6	1%	1.647	1.586	61	4%
Custos com Energia	(252)	(236)	(16)	7%	(977)	(506)	(471)	93%
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>168</b>	<b>178</b>	<b>(10)</b>	<b>(6%)</b>	<b>670</b>	<b>1.080</b>	<b>(410)</b>	<b>(38%)</b>
Despesas Operacionais	(32)	(32)	-	(9)	(104)	13	(118)	(9%)
Eq. Patrimonial	-	9	(9)	(100%)	8	(30)	(38)	(79%)
<b>EBITDA</b>	<b>136</b>	<b>155</b>	<b>(19)</b>	<b>(12%)</b>	<b>588</b>	<b>1.013</b>	<b>(425)</b>	<b>(42%)</b>
Depreciação	(17)	(15)	(2)	13%	(61)	(65)	4	(6%)
Amort. Ágio	-	(8)	8	(100%)	(5)	(31)	26	(84%)
Resultado Financeiro	(9)	(17)	8	(47%)	(37)	(112)	75	(67%)
IR/CS	(8)	(14)	6	(43%)	(52)	(122)	70	(57%)
<b>LCURO LÍQUIDO</b>	<b>102</b>	<b>102</b>	<b>-</b>	<b>432</b>	<b>683</b>	<b>(251)</b>	<b>37%</b>	

A margem bruta no 4T23 foi de R\$ 168 milhões (-6% vs. 4T22). Já no ano, ela totalizou R\$670 milhões (-38% vs. 2022), explicada por um menor custo em 2022, quando, extraordinariamente, não houve fornecimento de gás, permitindo à usina não pagar pelo gás e pelo seu transporte, honrando seus contratos de venda de energia comprando à PLD.  
 As despesas operacionais atingiram R\$32 milhões no 4T23, em linha com o 4T22 e R\$91 milhões em 2023 (-13% vs. 2022), devido a menor despesa com manutenção da planta.  
 Com a conclusão da operação de Cisão da Termopernambuco em fevereiro de 2023, a Companhia deixa de registrar o resultado de equivalência da participação em Itapebi.  
 Como resultado das variações acima, o EBITDA totalizou R\$136 milhões no 4T23 (-12% no 4T22) e R\$588 milhões no ano (-42% vs. 2022).  
 O lucro líquido registrado no 4T23 foi de R\$102 milhões, em linha com o 4T22 e em 2023 foi de R\$432 milhões (-37% vs. 2022). O Resultado também foi impactado, ainda no âmbito da operação de cisão, que deixa de amortizar o ágio da participação em Itapebi a partir do 1T23.

### 6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	102	102	-	-	432	683	(251)	(37%)
Despesas financeiras (B)	(19)	(26)	7	(27%)	(85)	(120)	35	(29%)
Receitas financeiras (C)	15	14	1	7%	63	44	19	43%
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(4)	(4)	-	-	(14)	(36)	22	(61%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(8)	(14)	6	(43%)	(52)	(122)	70	(57%)
Depreciação e Amortização (F)	(17)	(15)	(2)	13%	(61)	(65)	4	(6%)
Amort. Ágio (G)	-	(8)	8	(100%)	(5)	(31)	26	(84%)
<b>EBITDA = A - (B + C + D + E + F + G)</b>	<b>136</b>	<b>155</b>	<b>(19)</b>	<b>(12%)</b>	<b>588</b>	<b>1.013</b>	<b>(425)</b>	<b>(42%)</b>

### 7. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação R\$	%	2023	2022	Variação R\$	%
<b>Renda de aplicações financeiras</b>	<b>13,5</b>	<b>12,0</b>	<b>15</b>	<b>13%</b>	<b>56,9</b>	<b>37,4</b>	<b>19,5</b>	<b>52%</b>
<b>Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida</b>	<b>(20,0)</b>	<b>(24,0)</b>	<b>4,0</b>	<b>(17%)</b>	<b>(86,0)</b>	<b>(124,9)</b>	<b>38,9</b>	<b>(31%)</b>
<b>Outros resultados financeiros não relacionados a dívida</b>	<b>(2,2)</b>	<b>(5,0)</b>	<b>2,8</b>	<b>(56%)</b>	<b>(7,5)</b>	<b>(24,5)</b>	<b>17,0</b>	<b>(69%)</b>
Variações monetárias e cambiais - outros	(0,0)	(0,1)	0,1	(100%)	(0,1)	(0,3)	0,2	(67%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	1,4	0,0	1,4	-	1,4	(0,1)	1,5	(1500%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(3,6)	(4,9)	13	(27%)	(8,8)	(24,1)	15,3	(63%)
<b>Total</b>	<b>(8,7)</b>	<b>(16,9)</b>	<b>8,2</b>	<b>(49%)</b>	<b>(36,5)</b>	<b>(112,0)</b>	<b>75,5</b>	<b>(67%)</b>

A Companhia registrou resultado financeiro de -R\$8,7 milhões no 4T23, melhora de R\$8,2 milhões se comparado ao 4T22 e de -R\$36,5 milhões em 2023 (vs. -R\$112 milhões em 2022). Essas variações são explicadas pela redução do saldo médio da dívida e maior rentabilidade das aplicações financeiras, em razão do aumento do volume médio aplicado. O trimestre ainda foi impactado pela redução do CDI, afetando positivamente o serviço da dívida.

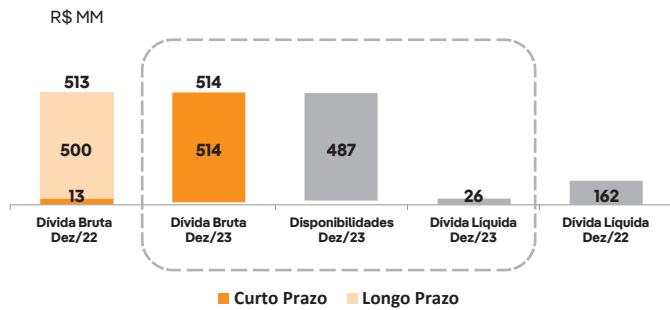
### 8. INVESTIMENTOS

A Termopernambuco realizou investimentos em 2023 no montante de R\$39,5 milhões, R\$14,5 milhões abaixo do realizado em 2022, de acordo com seu cronograma de manutenções.

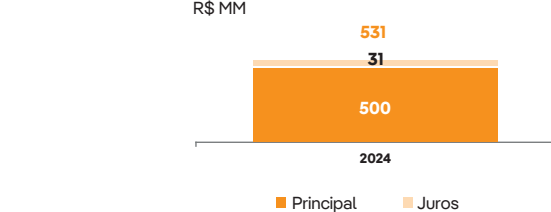
### 9. ENDIVIDAMENTO

#### 9.1. Posição de Dívida

Em dezembro de 2023, a dívida líquida da Companhia, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 26 milhões (dívida bruta de R\$ 514 milhões), apresentando uma redução de 84% (R\$ 135 milhões) em relação a dezembro de 2022. Em relação a segregação do saldo devedor, a Termopernambuco possui 100% da dívida contabilizada no curto prazo.



O gráfico, apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2023.



### 10. OUTROS TEMAS

#### 10.1. Práticas de Gestão

**10.1.1. Remuneração de Acionistas**  
 A Termopernambuco possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. A Companhia ainda poderá realizar o pagamento de dividendos adicionais, acima da remuneração mínima, mediante deliberação do Conselho de Administração conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Neoenergia (https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa).  
 Em 2023, a Companhia deliberou os seguintes proventos:  
 1) Dividendos do exercício de 2022 de R\$ 109.429 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023 e pagos em 04 de maio de 2023;  
 2) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 38.827 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 16 de junho de 2023 e pagos em 10 de julho de 2023;  
 3) Dividendos Intermediários de R\$ 158.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 24 de julho de 2023 e pagos em 15 de setembro de 2023;  
 4) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 29.501 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2023 e com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2024.  
 A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2023 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024.  
**10.1.2. Governança Corporativa**  
 As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicada a todas as empresas do grupo. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. A estrutura societária e de governança do grupo Neoenergia, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.  
 O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Termopernambuco reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Termopernambuco.  
 O Sistema de Governança e Sustentabilidade configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.  
 A estrutura de Governança Corporativa é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, conforme abaixo.

**Conselho de Administração**  
 Integrado atualmente por quatro representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.  
**Diretoria**  
 Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

**Conselho Fiscal**  
 Com função independente, quando instalado, é composto por no mínimo três e no máximo cinco membros titulares e igual número de suplentes. O Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e se instala a pedido de acionistas, sempre que necessário. Atualmente, não há Conselho Fiscal instalado.  
 Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.  
 A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

**10.1.3. Gestão de Pessoas**  
 A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atráimos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de êxito empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo. A política foi atualizada pela última vez em setembro de 2023.  
 A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira.  
 Escola de Eletricistas - iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras.  
 Aflor - Instituído em 2017, o programa promove um sistema de tutoria para jovens com Síndrome de Down na Neoenergia Pernambuco e auxilia a inserção de profissionais com deficiências no

mercado de trabalho;  
 • Curso de libras - Com o objetivo de formar agentes de inclusão e melhorar a comunicação com deficientes auditivos, o portal de aprendizagem da companhia oferece o Curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras).  
 Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turnos exclusivos para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.  
 A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 8% do nosso quadro de eletricistas contra 5,6% em 2022, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.  
 O Programa de Voluntariado da Neoenergia oferece permanentemente oportunidades de engajamento em iniciativas sociais de impacto para os moradores da área de atuação da companhia. Todas as iniciativas estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da ONU. Em 2023, o Programa registrou 3.767 participações engajadas, um aumento de 7% se comparado com o ano anterior, superando as projeções mapeadas na meta ESG de voluntariado da Neoenergia. Algumas ações de 2023 que foram destaques:  
 • Absorventes - Arrecadação de mais de 180 mil unidades de absorventes femininos para auxiliar no combate à pobreza menstrual;  
 • Ensino Profissões - Palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens;  
 • Campanha de doação de roupas - Arrecadação de mais de 31 mil peças para 76 instituições beneficiadas.  
 • Operação quilo - Doação de mais de 38 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 124 ONGs beneficiadas.  
 2023 foi um ano de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades, onde atuamos. É gratificante ver os resultados atingidos com o empenho de todos os colaboradores da Neoenergia.

### 11. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

#### 11.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.  
 O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em nosso Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos Princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambas iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU). Concentramos nossos esforços nos ODS mais relevantes para o nosso modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivos 13). E mantivemos compromissos com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). Seguimos signatários dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.  
 O compromisso com o desenvolvimento sustentável da companhia é materializado em suas Metas ESG. Em 2023, 14 novas metas foram incorporadas ao escopo inicial, totalizando 30 compromissos a serem alcançados em 2025 e 2030, e que serão acompanhados e divulgados trimestralmente. Na tabela abaixo, são apresentados os resultados alcançados no ano:

Metas ESG	Parâmetros	2023	2025	2030
Emissões <sup>1</sup>	Emissões de gCO2/kWh na geração (escopo 1)	3,6	36	20
Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	77,5%	83%	90%
Eletrificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	9,7%	13%	50%
Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex, híbrido ou elétrico)	99,6%	99%	100%
Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	7,3	7,5	10
Avaliação de Biodiversidade <sup>2</sup>	% ativos com avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo	0%	20%	100%
Mulheres em posições relevantes	% de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	31,1%	31%	35%
Mulheres em postos de liderança	% de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência	30,4%	33%	40%
Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	40,3%	30%	35%
Mulheres em postos de eletricistas	% de mulheres em postos de eletricistas	8,4%	9%	12%
Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão	30%	35%	40%
Voluntariado corporativo	Nº de voluntários (colaboradores e acompanhantes)	3.767	3.700	4.700





diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2023, operações de *hedge* cambial, para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 17.7. (ii) Risco de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (iii) Risco de inflação: A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preço de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. (iv) Risco de *commodities*: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. *Commodities*: variações nos preços de *commodities* podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia. *Commodities* energéticas: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta, hidrologia, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada pela realização de contratos de longo prazo. **(b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam aloçadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 13). Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 13). **(c) Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. **(d) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios quantitativos e qualitativos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2023.

<b>Rating</b>	<b>Moody's</b>	<b>S&amp;P</b>	<b>Fitch</b>
Barco do Brasil	AAA	AAA	AAA
BNP Paribas	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
HSBC	-	AAA	-
Itaú	AAA	-	AAA
Morgan Stanley	-	-	-
Santander	AAA	AAA	-

**1.1.2 Gestão de riscos operacionais: (a) Riscos regulatórios:** Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude. **(b) Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventual sinistro. A especificação das modalidades de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir.

<b>Riscos</b>	<b>Data da vigência</b>	<b>Importância Segurada</b>
Terrorismo	31/05/2023 a 31/05/2024	500.000
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2023 a 31/05/2024	36.000
Responsabilidade Civil Geral – Operações	31/05/2023 a 31/05/2024	100.000
Veículos – Executivo	31/05/2023 a 31/05/2024	100% FIPE
Risco Operacional – Subestações e Usinas	31/05/2023 a 31/05/2024	1.742.967
Responsabilidade Civil – Drones	15/06/2023 a 15/06/2024	717
Veículos – Operacional	31/05/2023 a 31/05/2024	1.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

**2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 05 de fevereiro de 2024. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5 (a). **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

<b>Nota</b>	<b>Estimativas e julgamentos significativos</b>
3.2	Receta de fornecimento de energia
7.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
11	Imobilização
13.3	Instrumentos financeiros derivativos
14	Provisão para processos judiciais

**2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2023:** Em 2023, não houve nenhuma alteração e/ou adoção de novas normas e interpretações que trouxeram impactos relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia. **b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>	<b>Vigência</b>
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas a passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subseqüentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (" <i>Sale and Leaseback</i> ") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (" <i>Reverse factoring</i> ") que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Fornecimento de energia	2.029.171	2.043.312
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	16.262	12
Outras receitas	1.356	1.328
<b>Receta operacional bruta</b>	<b>2.046.789</b>	<b>2.044.652</b>
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(392.411)	(458.383)
<b>Receta operacional, líquida</b>	<b>1.647.378</b>	<b>1.586.269</b>

**3.1 Deduções de receita bruta**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Tributos</b>		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(315.325)	(378.541)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(65.562)	(62.120)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(51)	(50)
<b>Encargos setoriais</b>	<b>(380.918)</b>	<b>(440.691)</b>
Outros encargos <sup>(1)</sup>	(18.493)	(17.692)
	<b>(18.493)</b>	<b>(17.692)</b>
	<b>(392.411)</b>	<b>(458.383)</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e taxa de fiscalização serviço energia elétrica (TFSEE).

**3.2 Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR"), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

**4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Compra para revenda</b>		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL <sup>(1)</sup>	(421.604)	(66.194)
Energia curto prazo - PLD <sup>(2)</sup>	(36.327)	(171.448)
Outros	(392)	(359)
<b>Subtotal</b>	<b>(458.323)</b>	<b>(338.001)</b>
Créditos PIS e COFINS	2.150	1.777
<b>Total</b>	<b>(456.173)</b>	<b>(336.224)</b>

**Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão**

Encargos de rede básica	(51.673)	(49.829)
<b>Subtotal</b>	<b>(51.673)</b>	<b>(49.829)</b>
Créditos de PIS e COFINS	278	425
<b>Total</b>	<b>(51.395)</b>	<b>(49.404)</b>
	<b>(507.568)</b>	<b>(385.628)</b>

<sup>(1)</sup> Aumento deve-se ao contrato de compra de energia junto a Petrobras, com vigência até 15 de maio de 2024; <sup>(2)</sup> PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

**5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS**

	<b>2023</b>		<b>2022</b>		
<b>Custos de operação</b>	<b>Outras despesas gerais e administrativas</b>	<b>Total</b>	<b>Custos de operação</b>	<b>Outras despesas gerais e administrativas</b>	<b>Total</b>
Pessoal e benefícios a empregados	(641)	(21.149)	(2.179)	(41.963)	(44.142)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(39.191)	(11.671)	(50.862)	(19.320)	(69.182)
Depreciação e amortização	(61.320)	(106)	(61.426)	(2.653)	(64.079)
Combustível para produção de energia <sup>(1)</sup>	(469.693)	-	(469.693)	-	(469.693)
Provisão pra processos judiciais	(14.439)	(847)	(15.286)	(2.833)	(18.119)
Outras receitas e despesas, líquidas <sup>(2)</sup>	(585.284)	(2.630)	(587.914)	(17.052)	(604.966)
<b>Total</b>	<b>(1.485.284)</b>	<b>(36.403)</b>	<b>(1,521.687)</b>	<b>(29.918)</b>	<b>(1,551.605)</b>

	<b>2023</b>		<b>2022</b>		
<b>Custos de operação</b>	<b>Outras despesas gerais e administrativas</b>	<b>Total</b>	<b>Custos de operação</b>	<b>Outras despesas gerais e administrativas</b>	<b>Total</b>
Pessoal e benefícios a empregados	(415)	(19.993)	(20.408)	(41.963)	(62.371)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(35.201)	(14.491)	(49.692)	(19.320)	(69.012)
Depreciação e amortização	(65.009)	(46)	(65.055)	(2.653)	(67.708)
Combustível para produção de energia <sup>(1)</sup>	(120.870)	-	(120.870)	-	(120.870)
Outras despesas <sup>(2)</sup>	(34.410)	114	(34.296)	(2.833)	(37.129)
<b>Total</b>	<b>(255.905)</b>	<b>(34.416)</b>	<b>(290.321)</b>	<b>(29.918)</b>	<b>(320.239)</b>

<sup>(1)</sup> Paradas extraordinárias em 2022, sem custo de penalidade, com liquidação na CCEE ao PLD médio de R\$ 58,50. Em 2023, custo de penalidade e PPA de energia; <sup>(2)</sup> Composto principalmente por prêmio de seguros, materiais diversos e alugueis.

**5.1 Serviços de terceiros**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Serviços técnicos e manutenções	(29.376)	(27.621)
Uso da marca	(6.035)	(9.639)
Serviços jurídicos	(633)	(1.389)
Consultoria e auditoria	(263)	(387)
Comunicação	(123)	(111)
Transporte de pessoal	(1.846)	(1.805)
Vigilância	(584)	(523)
Serviço gestão de energia	(900)	(519)
Outros serviços	(11.022)	(7.768)
<b>Total</b>	<b>(50.862)</b>	<b>(49.692)</b>

**6. RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras <sup>(1)</sup>	56.948	37.425
Tributos sobre receita financeira <sup>(2)</sup>	(3.072)	(2.131)
Outras receitas financeiras	9.118	8.393
<b>62.994</b>	<b>43.687</b>	
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos sobre instrumentos de dívida <sup>(3)</sup>	(71.877)	(89.211)
Fee de garantia <sup>(4)</sup>	(5.463)	(10.568)
Taxas	(3.770)	(2.802)
Tributos	(786)	(1.846)
Outras despesas financeiras	(3.430)	(15.258)
<b>(85.326)</b>	<b>(119.685)</b>	

**Outros resultados financeiros, líquidos**

Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida<sup>(5)</sup> - - (17.529)

Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida<sup>(6)</sup> - - 41.963

Perdas com instrumentos financeiros derivativos<sup>(4)</sup> (4.192) (79.456)

Ganhos com instrumentos financeiros derivativos<sup>(4)</sup> - - 19.320

Perdas com variações cambiais e monetárias (2) (283)

**(14.194)** **(35.965)**

**(36.526)** **(111.973)**

**Resultado financeiro líquido**

<sup>(1)</sup> Aumento deve-se ao incremento de saldo de caixa no período, bem como a crescente alta da taxa CDI, índice de referência das alocações das aplicações financeiras; <sup>(2)</sup> Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação. A redução está diretamente ligada a liquidação de empréstimos bancários em moeda estrangeira, ocorrida em 2022; <sup>(3)</sup> Refere-se à amortização da cobrança de fee, pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia; <sup>(4)</sup> Refere-se principalmente a liquidação de empréstimos bancários em moeda estrangeira, ocorrida em 2022.

**7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS**

**7.1 Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>484.417</b>	<b>805.176</b>
<b>Tributos sobre o lucro as alíquotas da legislação - 34%</b>	<b>(164.702)</b>	<b>(273.760)</b>
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:</b>		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	23.252	17.066
Incentivos fiscais <sup>(1)</sup>	84.945	131.484
Resultado de participações societárias	2.723	12,93
Outros adições (reversões) permanentes	1.395	(10,172)
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(52.387)</b>	<b>(122.469)</b>

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>10,81%</b>	<b>15,21%</b>
Corrente	(53.334)	(108.733)
Diferido	947	(13.736)

<sup>(1)</sup> Refere-se principalmente ao incentivo fiscal SUDENE, no valor de R\$ 84.880 (129.429 em 31 de dezembro de 2022).

**7.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças tributárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Prejuízo fiscal (inclui base negativa)</b>	<b>1.592</b>	<b>1.592</b>
<b>Mais-valia e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIL)</b>	<b>369</b>	<b>817</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Provisão para processos judiciais	268	1.341
Arrendamentos capitalizados	2.060	2.088
Depreciação acelerada	(9,065)	(10,576)
Valor justo de instrumentos financeiros	247	3.400
Outros <sup>(1)</sup>	5.260	4.275
<b>Total</b>	<b>731</b>	<b>2.937</b>

<sup>(1)</sup> Valores de outros, referem-se a: Provisão de fornecedores R\$ 4.537 (R\$ 3.650 em 31 de dezembro de 2022) e Provisão de PLR R\$ 723 (R\$ 625 em 31 de dezembro de 2022).

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.937</b>	<b>2.937</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	947	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(3,153)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.731</b>	<b>2.937</b>



e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. **6. Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

**12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR**

	2023	2022
Energia elétrica	44.860	37.398
Encargos de uso da rede	4.298	4.669
Materiais e serviços	92.626	94.245
<b>Total</b>	<b>141.784</b>	<b>136.312</b>

**13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

**13.1 Dívida líquida:** A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2023	2022
Mercado de capitais (debêntures)	513.660	514.788
<b>Empréstimos e financiamentos</b> <sup>(i)</sup>	<b>513.660</b>	<b>514.788</b>
(+) Instrumentos derivativos (nota 13.3)	47	(2.084)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(487.312)	(350.830)
<b>Dívida líquida</b>	<b>26.395</b>	<b>161.874</b>

<sup>(i)</sup> No balanço patrimonial, a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos custos de transação vinculados às dívidas.

**13.2 Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado.

**a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:**

	2023	2022
<b>Denominados em R\$</b>	<b>513.947</b>	<b>516.106</b>
Indexados a taxas flutuantes	513.947	516.106
(-) Custos de transação	(287)	(1.318)
<b>Passivo circulante</b>	<b>513.660</b>	<b>514.788</b>
Passivo não circulante	513.660	15.075
	-	499.713

Em 31 de dezembro de 2023, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2023	2022
Custo médio em % CDI <sup>(*)</sup>	105,45%	137,10%
Custo médio em taxa pré	13,87%	17,20%
Saldo da dívida	513.660	514.788
Instrumentos financeiros derivativos	47	(2.084)
<b>Dívida total líquida de derivativos</b>	<b>513.707</b>	<b>512.704</b>

<sup>(\*)</sup> A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses. **b) Fluxo de pagamentos futuros de dívidas:** Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal <sup>(i)</sup>	Juros <sup>(ii)</sup>	Total
2024	500.000	30.931	530.931
<b>Total</b>	<b>500.000</b>	<b>30.931</b>	<b>530.931</b>

<sup>(i)</sup> O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2023 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de juros (ainda não provisionados), além dos juros já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 0,33 anos (1,88 anos em 31 de dezembro de 2022). **c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:**

	2023	2022
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>514.788</b>	<b>926.564</b>
<b>Efeito no fluxo de caixa:</b>		
Amortizações de principal	-	(388.113)
Pagamento de encargos de dívida	(73.005)	(88.404)
<b>Efeito não caixa:</b>		
Encargos incorridos	71.877	89.194
Variação cambial	-	(24.453)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>513.660</b>	<b>514.788</b>

**d) Condições restritivas financeiras (Covenants):** Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LJUIDA - Lucro antes dos Juros, impostos, depreciação e amortização). A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Abaixo segue o principal parâmetro e a medição estimada geral:

	Limites contratual		Medição <sup>(ii)</sup>
	inferior <sup>(i)</sup>	em 31.12.2023	
<b>Consolidado Neoenergia:</b>			
Dívida líquida + EBITDA (*)	≤ 4	3,12	3,15

<sup>(i)</sup> Acumulado de 12 meses. <sup>(ii)</sup> Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas; <sup>(iii)</sup> Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas conforme demonstração financeira consolidada da Neoenergia.

**e) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. **13.3 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo e/ou opções, com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 17.7.

**a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial:**

	2023	2022
<b>Contratados para proteção de outras operações:</b>		
Risco de câmbio - Produtos e serviços	(47)	2.084
<b>Exposição líquida</b>	<b>(47)</b>	<b>2.084</b>
Ativo circulante	-	5.527
Passivo circulante	(47)	(3.443)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
<b>Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa</b>		
Contratados para proteção de produtos e serviços	(47)	2.084
<b>Total</b>	<b>(47)</b>	<b>2.084</b>

**b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes**

	2023		2022	
	Proteção de outras operações	Total de dívidas	Proteção de outras operações	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>2.084</b>	<b>2.084</b>	<b>62.137</b>	<b>1.568</b>
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(12.644)	(12.644)	(29.384)	(10.237)
Ganho (perda) reconhecido no Capex	(4.922)	(4.922)	-	-
Liquidação financeira (entradas) saídas	6.161	6.161	(32.705)	22.321
<b>Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente</b>	<b>9.274</b>	<b>9.274</b>	<b>(48)</b>	<b>(11.568)</b>
<b>Saldo final</b>	<b>(47)</b>	<b>(47)</b>	<b>2.084</b>	<b>2.084</b>
<b>Ganho (perda) reconhecido no resultado</b>				
Custos de operação	1.548	1.548	-	28.649
Resultado financeiro, líquido	(14.192)	(14.192)	(29.384)	(38.886)
<b>c) Política contábil:</b> Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como <i> hedge accounting </i> e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como <i> hedge accounting </i> são classificadas e apresentadas como <i> hedge </i> econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. A Companhia documenta no início da operação de <i> hedge accounting </i> , a relação entre os instrumentos de <i> hedge </i> e os itens protegidos por <i> hedge </i> , com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de <i> hedge </i> . A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de <i> hedge </i> são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como <i> hedge </i> de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/ intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de <i> hedge </i> são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. <b>d) Estimativas e julgamentos críticos:</b> O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 17.3 e 17.8, respectivamente.				

**14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

**a) Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	2023	2022
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>58</b>
<b>Provisões cíveis</b>	<b>-</b>	<b>2.942</b>
<b>Provisões trabalhistas</b>	<b>-</b>	<b>3.000</b>
<b>Provisões fiscais</b>	<b>-</b>	<b>1.178</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>7.118</b>

Adições e reversões, líquido

Atualização monetária	-	-	(1.508)	(1.508)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>65</b>	<b>(1.434)</b>	<b>(1.434)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>91</b>	<b>55</b>	<b>2.770</b>	<b>2.916</b>
Adições e reversões, líquido	(33)	-	-	(33)
Atualização monetárias	(58)	3	172	117
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>58</b>	<b>2.942</b>	<b>3.000</b>

**b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2023	2022
Processos cíveis	-	1178
Processos trabalhistas (i)	196	53
Processos fiscais (ii)	144.926	135.651
<b>Total</b>	<b>145.192</b>	<b>136.882</b>

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados de e ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC, após o ajustamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; (ii) **Processos fiscais:** Referem-se a suposta não retenção na fonte do imposto de renda sobre os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 62.534 (R\$ 57.754 em 31 de dezembro de 2022), e outras discussões envolvendo tributos diversos, tais como, ICMS, PIS e COFINS no montante de R\$ 82.462 (R\$ 77.897 em 31 de dezembro de 2022). Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía depósitos judiciais vinculados a processos trabalhistas nos montantes de R\$ 91 e R\$ 84, respectivamente. **d) Política contábil e julgamentos críticos:** (i) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional, e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em

notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) Estimativas e julgamento críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

**15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**15.1 Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito é de R\$ 466.139 (R\$ 571.815 em 31 de dezembro de 2022), dos quais estão integralizados R\$ 433.894 (R\$ 539.570 em 31 de dezembro de 2022), correspondendo a 433.894.000 ações escrituradas (539.570.000 em 31 de dezembro de 2022).

	Acionistas	
	ON	ON %
<b>Total de ações em circulação</b>	<b>433.894</b>	<b>100%</b>
<b>15.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) Lucro por ação:</b>	<b>433.894</b>	<b>100%</b>

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	432.030	682.707
Média ponderada de número ações em circulação <sup>(i)</sup>	451.507	539.570
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	<b>0,96</b>	<b>1,27</b>

<sup>(i)</sup> Em 28 de fevereiro de 2023 houve redução de capital social, mediante cisão da investida Itapebi Geração de Energia S.A., conforme nota explicativa 10. **b) Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>432.030</b>	<b>682.707</b>
Reserva legal	(3.906)	(34.136)
Reserva de incentivo fiscal	(84.880)	(129.429)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>343.244</b>	<b>519.142</b>
Destinação para outras reservas de lucros	(136.856)	(347.698)
<b>Lucro líquido a distribuir</b>	<b>206.388</b>	<b>171.444</b>
<b>Remuneração</b>		
Mínima obrigatória	107.031	171.444
Remuneração adicional	99.357	-
<b>Total</b>	<b>206.388</b>	<b>171.444</b>

**Natureza da remuneração**

Dividendos	138.000	109.427
JCP <sup>(ii)</sup>	68.388	62.017
<b>Total</b>	<b>206.388</b>	<b>171.444</b>

<sup>(ii)</sup> Para fins de mínimo obrigatório, é considerado o valor líquido do IRRF. Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
AGOE de 20 de abril de 2023	Dividendos	109.429	0,2522022
RCA de 16 de junho de 2023	JCP	38.827	0,0894850
RCA de 24 de julho de 2023	Dividendos intermediários	138.000	0,3180500
RCA de 13 de dezembro de 2023	JCP	29.561	0,0681295
<b>Total</b>		<b>315.817</b>	
<b>2022</b>			
AGOE de 20 de abril de 2022	Dividendos	168.805	0,3128510
RCA de 24 de junho de 2022	JCP	32.241	0,0597531
RD de 23 de novembro de 2022	JCP	29.776	0,0551847
<b>Total</b>		<b>230.822</b>	

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2023	2022
<b>Saldos iniciais</b>	<b>134.738</b>	<b>17.688</b>
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>		
Dividendos declarados	138.000	278.233
Juros sobre capital próprio declarados	68.388	62.017
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(10.258)	(9.304)
Dividendos pagos no exercício	(247.428)	(168.803)
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(58.312)	(45.093)
<b>Saldos finais</b>	<b>25.127</b>	<b>134.738</b>

**15.3 Outros resultados abrangentes:** A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), liquidados dos tributos, de: (i) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de  *hedge accounting*  de fluxo de caixa; (ii) efeitos de equivalências patrimonial em coligadas similares aos itens citados anteriormente (nota 10). **15.4 Reservas de lucros: 15.4.1 Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social subscrito. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **15.4.2 Incentivo fiscal imposto de renda - SUDENE:** A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada. A Companhia apurou no exercício de 31 de dezembro de 2023, o valor de R\$ 84.880 (R\$ 129.429 em 31 de dezembro de 2022) de incentivo fiscal SUDENE.

**15.4.3 Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **15.4.4 Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar a parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. **15.5 Política contábil:** O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas. Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

**16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As partes relacionadas da Companhia são coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos; (iii) compartilhamento de mão de obra; (iv) dividendos e JCP a pagar. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

**16.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	2023		2022	
	Subsidiárias da Neo-energia	Subsidiárias da Neo-energia	Coligada	Acionista
<b>Ativo</b>				
Contas a receber e outros (a)/(b)	279.754	-	278.313	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	-	-	-	4.928
Outros ativos (c)/(d)	8.101	8.101	58	10.960
<b>Total</b>	<b>279.754</b>	<b>8.101</b>	<b>287.855</b>	<b>278.371</b>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores e contas a pagar (e)	211	6.577	6.788	278
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (f)	-	25.127	25.127	-
Outros passivos	204	-	116	60
<b>Total</b>	<b>415</b>	<b>31.704</b>	<b>32.</b>	



## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Termopernambuco S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.795.050/0001-09 ("Companhia"), tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2023, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2024.

**Hugo Renato Anacleto Nunes** - Presidente do Conselho

**Leila Tatiana Prazeres Costa** - Conselheira

**Juliano Pansanato de Souza** - Conselheiro

**Leonardo Pimenta Gadelha** - Conselheiro

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **TERMOPERNAMBUCO S.A.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 7º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.795.050/0001-09, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, relativamente às demonstrações financeiras da Termopernambuco, alusivas ao período findo em 31.12.2023; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Termopernambuco relativas ao período findo em 31.12.2023.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2024.

**David Benavent del Prado** - Diretor Presidente

**Renato de Almeida Rocha** - Diretor Financeiro e de RI

**Rodolfo Fernandes da Rocha** - Diretor de Planejamento e Controle

**Fabiano da Rosa Carvalho** - Diretor de Regulação

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Termopernambuco S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Termopernambuco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termopernambuco S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita na venda de energia:** Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva principalmente do fornecimento de energia elétrica. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Diretoria da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido aos assuntos anteriormente mencionados, à consideração como um risco significativo de auditoria e à relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de energia como um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento de receita na venda de energia; (iii) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (iv) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis contratuais do volume de energia entregue e do preço, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; e (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento contábil CPC 47/

IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento de receita na venda de energia, assim como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individual-

mente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2024

**Deloitte.**

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos  
Contador  
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 08/02/2024  
A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/08/TERMOPERNAMBUCO1574313008022024.pdf>  
Hash: 17073344424ffaa34d03294c4cb46a6f791d1a0ef5